



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável  
Superintendência Regional de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável



**PARECER ÚNICO nº 510/2011**  
**Indexado ao(s) Processo(s)**

**PROTOCOLO Nº 0911234/2011**

Licenciamento Ambiental Nº 11906/2004/005/2009	Retorno de Baixa de diligência
------------------------------------------------	--------------------------------

Empreendimento: <b>Siderúrgica Barão de Mauá Ltda</b>
CNPJ: <b>07.022.780/0001-10</b> Município: <b>Sete Lagoas/MG</b>

Unidade de Conservação: <b>Não Há</b>
Bacia Hidrográfica: <b>Rio São Francisco</b> Sub Bacia: <b>Rio das Velhas</b>

Atividades objeto do licenciamento:		
Código DN 74/04	Descrição	Classe
<b>B02-01-1</b>	<b>Ampliação do volume útil e produção do alto forno (Atual 30 t/d para produção futura 350 t/d)</b>	<b>5</b>

Medidas mitigadoras: <b>X SIM</b> <b>NÃO</b>	Medidas compensatórias: <b>X SIM</b> <b>NÃO</b>
Condicionantes: <b>SIM</b>	Automonitoramento: <b>X SIM</b> <b>NÃO</b>

Responsável Técnico pelo empreendimento: <b>Bruno Chaves Violante</b>	Registro de classe
Responsável Técnico pelos Estudos Técnicos Apresentados <b>Verde Mata Engenharia Ltda</b>	Registro de classe

Processos no Sistema Integrado de Informações Ambientais - SIAM	<b>SITUAÇÃO</b>
<b>11906/2004/004/2008 - LI</b>	<b>Deferida</b>

Relatório de vistoria/auto de fiscalização: <b>000206/2009 e 013267/2009</b>	DATA: <b>30/06/2009 e 04/12/2009</b>
------------------------------------------------------------------------------	--------------------------------------

Equipe Interdisciplinar:	Registro de classe	Assinatura
<b>Laércio Capanema Marques</b>	<b>MASP 1148544-8</b>	
<b>De acordo</b>	<b>Isabel Cristina R. R. C. de Menezes</b> <b>Diretora Técnica</b> <b>MASP 1043798-6</b>	

**SUPRAM -  
CENTRAL**

Av. Nossa Senhora do Carmo 90 - Bairro  
Carmo /  
Belo Horizonte/MG - CEP 30330-000 -  
Tel.: (31) 3228-7700

DATA: 28/11/2011  
Página: 1/5



## 1. BREVE HISTÓRICO

Em 22/02/2010 o Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM, através da Unidade Regional Colegiada (URC) Bacia do Rio das Velhas decidiu pela concessão da Licença de Operação à Siderúrgica Barão de Mauá para a ampliação do volume útil e produção do Alto Forno (atual 30 ton/dia para 350 ton/dia) - Processo Administrativo PA nº 11906/2004/005/2009 – Licença de Operação nº 020 condicionada às determinações constantes nos Anexos I, II e III e ao atendimento aos padrões da Legislação Ambiental do Estado, com validade por quatro anos.

Em 29/03/2010 o empreendedor inconformado com a decisão do Conselho protocolou junto à SUPRAM CM, sob nº R034339/2010 seu pedido de RECONSIDERAÇÃO relativo às condicionantes de nº 01 e nº 02 do processo de licenciamento ambiental, quais sejam:

1 – Substituir o Programa de auto-monitoramento, conforme definido na Licença de Operação – LO nº 486 – PA nº 11906/2004/001/2005, pelo auto monitoramento constante no Anexo II deste Parecer	Durante a vigência da LO
2 – Solicitar ao Instituto Estadual de Florestas/Gerência de Compensação Ambiental - IEF/GECAM cumprimento da compensação ambiental de acordo com o Decreto 45.175/09	30 dias após a publicação da decisão da URC

Em 30 de agosto de 2010, o Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM através da Unidade Regional Colegiada Rio das Velhas reuniu-se para julgar o pedido de reconsideração solicitada pela Siderúrgica Barão de Mauá Ltda, conforme parecer único SUPRAM CM nº 310/2010.

Porém, o processo foi baixado em diligência, com o retorno a próxima reunião do COPAM, ocorrida em 27/09/2010. Durante este período, em 24/09/2010, a empresa protocolou junto à SUPRAM CM sob nº R107683/2010, relatório técnico referente ao programa de automonitoramento para efluentes atmosféricos elaborado pela EME – Engenharia Ambiental Ltda, o qual justificou sobre o não enquadramento do empreendimento como Usina Siderúrgica Integrada ou Semi-Integrada conforme definido pela Resolução CONAMA nº 382 e solicitou aplicar ao empreendimento a Deliberação Normativa COPAM DN 49/2001, adotada para o setor produtor de ferro gusa do Estado de Minas Gerais.

Também reportou sobre o padrão de emissão de material particulado adotando o limite permitido pela DN o qual seja, 100 mg/Nm<sup>3</sup>, haja vista que a empresa está instalada em zona mista e que os equipamentos foram instalados em data posterior a publicação da Deliberação Normativa COPAM nº 49/2001 e ainda relatou que a referida DN como também a própria Resolução CONAMA não definiu padrão de monitoramento para o parâmetro SO<sub>2</sub>, e concluí-se pela alteração da condicionante nº 01 no que se refere ao programa de automonitoramento de efluentes atmosféricos, adotando como referência o mesmo padrão de emissão definido pela Deliberação Normativa COPAM nº 49/2001, considerando apenas o parâmetro: material particulado.



Em 27/09/2010 o processo retornou a pauta, porém, nesta reunião os Conselheiros Carlos Eduardo representante do Ministério Público, Marco Aurélio, representante da FEDERAMINAS, Paula Aguiar representante da FIEMG e Sídôn Clévio representante da SEDE, solicitaram vistas ao processo.

Assim, em 26 de outubro de 2010, o processo retornou novamente a Pauta da Reunião Ordinária da Unidade Regional Colegiada Rio das Velhas do Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM, sendo então, baixado, novamente em diligência, pelo Presidente da Fundação Estadual do Meio Ambiente – FEAM e Presidente suplente da URC/COPAM Rio das Velhas, Srº José Cláudio Junqueira Ribeiro, motivado pelas circunstâncias de enquadramento das emissões atmosféricas, ora seja pela Deliberação Normativa COPAM nº 49/2001 ou pela Resolução CONAMA nº 382/2006, com o retorno do processo de reconsideração para a próxima reunião do COPAM a ser realizada em novembro/2010.

Passados 5 (cinco) meses contados a partir desta última reunião do COPAM, o qual o Presidente da Fundação Estadual do Meio Ambiente – FEAM e Presidente suplente da URC/COPAM Rio das Velhas, através da Fundação Estadual de Meio Ambiente – FEAM, não havia se manifestado sobre a baixa de diligência ocorrida em outubro/2010, encaminhou-se novamente, ao Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM, em 14/04/2011, através do Parecer único SUPRAM CM nº 194/2011, o processo administrativo mantendo-se o mesmo posicionamento descrito nos pareceres únicos nº 012/2010 e 310/2010.

Em 02/05/2011, o processo administrativo foi colocado em sobrestado, pelo Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM para a avaliação do enquadramento das emissões atmosféricas pela Deliberação Normativa COPAM nº 49/2001 ou pela Resolução CONAMA nº 382/2006 por parte da Superintendência de Regularização Ambiental/Diretoria Técnico-Normativa.

## 2. DISCUSSÃO

Em 02/08/2011 foi elaborado, pela Gerência de Produção Sustentável – GPROD da Fundação Estadual do Meio Ambiente – FEAM o relatório técnico GPROD nº 07/2011 o qual considera que o processo industrial da Siderúrgica Barão de Mauá consiste apenas da fase de redução, sendo o ferro gusa seu produto final. Dessa maneira, o empreendimento se enquadra como siderúrgica não-integrada, não sendo passível de cumprimento da CONAMA nº 382 e conclui-se que a empresa deverá atender aos requisitos da DN COPAM nº 49/2001, Legislação do Estado de Minas Gerais que dispõe sobre o controle ambiental das indústrias não integradas de produção de ferro gusa.

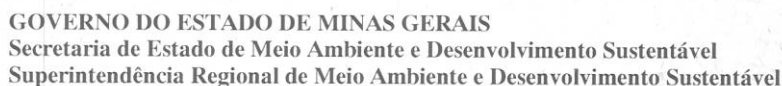
Em nosso parecer único nº 310/2010, datado de 16/08/2010, destacamos que o objeto do licenciamento ambiental pleiteado pela empresa compreendeu em grande intervenção do alto forno existente, o que representou num aumento significativo da sua capacidade produtiva, de aproximadamente 1.100% (mil e cem por cento), passando dos atuais 30 ton/dia para 350 ton/dia. Neste sentido, consideramos que tal intervenção representou a construção de um novo alto forno, com seus periféricos.

SUPRAM -  
CENTRAL

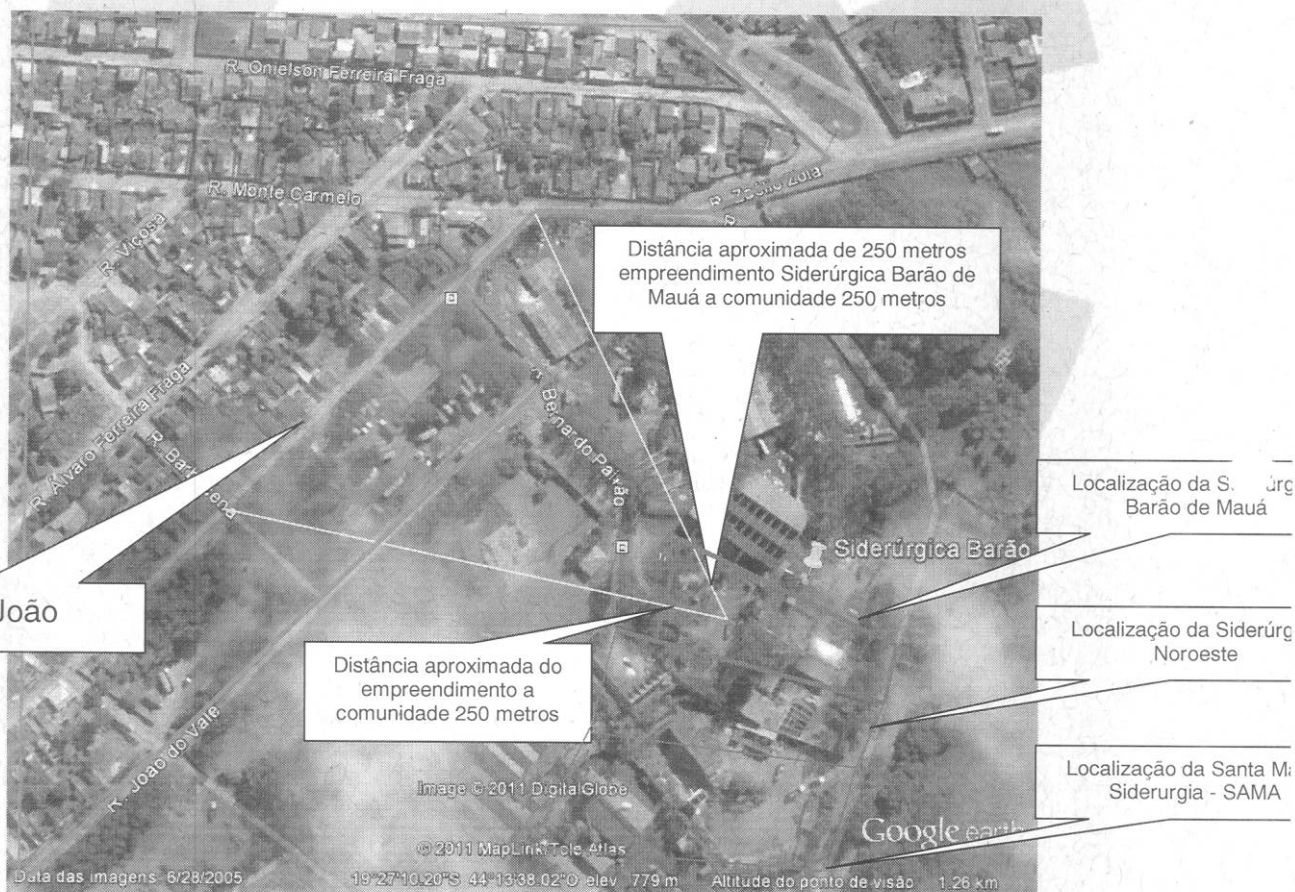
Av. Nossa Senhora do Carmo 90 - Bairro  
Carmo /  
Belo Horizonte/MG - CEP 30330-000 -  
Tel.: (31) 3228-7700

DATA: 28/11/2011  
Página: 3/5





- 1) Que o relatório técnico GPROD nº 07/2011 indica que o processo industrial da Siderúrgica Barão de Mauá se enquadra como siderúrgica não – integrada, não sendo passível de cumprimento da CONAMA nº 382 e sim que deverá ser atendido os requisitos da DN COPAM nº 49/2001, Legislação do Estado de Minas Gerais que dispõe sobre o controle ambiental das indústrias não integradas de produção de ferro gusa;
- 2) Que a Deliberação Normativa COPAM nº 49/2001 em seu Art. 8º, dispõe “Para altos-fornos a serem instalados a partir da data de publicação desta Deliberação Normativa em zona urbana, o padrão de emissão para partículas totais será de 50 mg/Nm3; em zona mista ou rural o padrão será de 100 mg/Nm3”;
- 3) Que a empresa está localizada em **zona urbana** do município de Sete Lagoas e que no entorno do empreendimento existe várias moradias pertencentes ao bairro São João, cuja distância do empreendimento encontra-se aproximadamente em 250 metros;





- 4) Que empresa realizará o processamento de matérias-primas que contribuirá negativamente com a qualidade do ar, em especial material particulado e ainda que no entorno já se encontra impactado devido a presença de outras três siderúrgicas instaladas, as quais sejam: Siderúrgica Noroeste, Santa Marta Siderúrgica - SAMA e Cia Setelagoana de Siderurgia - Cossisa.

Diante dos fatos acima, somos pela substituição da condicionante nº 01 que passará a ter a seguinte redação:

**Condicionante 01: Monitoramento das fontes fixas de emissões atmosféricas conforme tabela abaixo:**

Local de Amostragem	Parâmetro	Frequência	Padrão
Chaminé do AF, Descarga de Carvão	Material particulado (MP)	Trimestral	50 mg/Nm <sup>3</sup> (MP)
Glendons	Material particulado (MP), e caso a empresa utilize Coque (até um percentual máximo de 20% em peso) monitorar também SOx	Trimestral	e 800mg/Nm <sup>3</sup> (SOx)

Quanto à condicionante nº 02, que estipula que o empreendedor deva solicitar junto ao Instituto Estadual de Florestas/ Gerência de Compensação Ambiental – IEF/GECAM o cumprimento da compensação ambiental, de acordo com o Decreto 45.175/2009, somos pela manutenção desta condicionante, tendo em vista que o empreendimento realizará processamento de matérias-primas que contribuirão com o lançamento para a atmosfera de compostos químicos que alterará a qualidade do ar, em especial material particulado, que é gerado nas diversas atividades.

Considerando ainda, que, mesmo que a empresa tenha implantado diversos equipamentos que minimizam tais emissões e que estas emissões ainda que estejam dentro dos limites legais definidos em Legislação, contribuirão para o efeito estufa, podemos afirmar que neste sentido, há existência de impacto ambiental significativo.

**3. CONCLUSÃO**

Diante do exposto, somos pela alteração da condicionante nº 01 e manutenção da condicionante nº 02 para a atividade “Adequação do atual Alto Forno”, processo administrativo PA nº 11.906/2004/005/2009.

SUPRAM -  
CENTRAL

Av. Nossa Senhora do Carmo 90 - Bairro  
Carmo /  
Belo Horizonte/MG - CEP 30330-000 -  
Tel.: (31) 3228-7700

DATA: 28/11/2011  
Página: 5/5

